

Mafra, Clara; Almeida, Ronaldo. (orgs.). *Religiões e Cidades: Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo: Terceiro Nome, 2009. 247 páginas.

Ludmila H. R. Santos

Pensar a cidade e as religiões como domínios conectados traz dificuldades por conta da abrangência das temáticas. Como tratar da interface dos temas sem privilegiar um tipo de análise, categorias específicas ou ainda sem recortar um sentido que trate da proposta sob óticas espaciais ou segmentos religiosos específicos?

Organizar o tema em forma de coletânea e, portanto, dialogar perspectivas e localidades, materializa uma alternativa possível de se pensar tanto as religiões, quanto as cidades e mesmo o trato acadêmico dado as temáticas de forma dialógica, abrangente (no sentido de tentar abordar tais pluralidades) e particularizadas nos diversos casos etnográficos apresentados.

O livro trata de espaços numa concepção ampliada tal qual a palavra pode denotar sem um termo que a especifique. Assim, não se trata (exclusivamente) de um espaço físico, moral, político ou metafísico. É na amplitude de significado que a cidade como espaço representa, que notamos proximidades dos universos urbanos e religiosos.

As particularizações das abordagens nos casos etnográficos – situados nas localidades de São Paulo e do Rio de Janeiro- especificam formas de pensar o espaço da cidade e da religião que levam em conta circuitos e segmentações, o sagrado no tempo e no espaço metropolitano e os usos e gestão do espaço público, mostrando que a interface das temáticas em vez de delimitar tal espaço num arcabouço teórico e intelectual singular e próprio, trata da coexistência de significações e características, da diversidade de olhares e abordagens dadas por cada um dos autores. Assim, as perspectivas são também diversas e não se resumem a um aporte teórico metodológico definido ou único, até porque a junção do estudo do urbano com as práticas e racionalizações religiosas resultaria numa tarefa reducionista e inibiria a possibilidade frutífera da antropologia urbana de pensar tais situações e suas particularidades numa multiplicidade de significados típicos do campo e da inserção do pesquisador, numa lógica que é composta das possibilidades de abstração que ele mesmo “faz parte” e significa.

Não se trata então de um projeto científico de estudo de uma totalidade entendida por religião e outra tratada como “o social” - são nos relatos que as

convergências em casos distintos nos trazem as temáticas da religião e da cidade como “boas para pensar” a compreensão das nossas significações e ordenamentos.

Na primeira parte do livro, temos em pauta a questão da espacialidade no território urbano, espaço este não só geográfico como simbólico, palco da interação de diversos grupos e significados, dentre os quais temos a religiosidade como delimitada e delimitadora de trajetos, circuitos, segmentações, pedaços. Ressaltam-se o caráter complementar do cosmopolitismo da cidade e a possibilidade de uma pluralidade religiosa que caracteriza trânsitos, passagens, trocas e sincretismos diversos, fatores que configuram e significam a vida nas cidades, abordados em cada caso relatado.

Assim o é na análise das regularidades nas multiplicidades de trocas (religiosas) configuradas na cidade de São Paulo, o que possibilita a compreensão deste espaço como localidade que abriga as diferenças e as faz conviver e coabitar. Tais diferenças são constitutivas da metrópole: a cidade é o local da relativização imposta e da alteridade vivenciada sob uma lógica que congrega, a saber, o espaço da metrópole, seu cosmopolitismo e sua multiplicidade.

Tais características embasam a análise da transformação da religião no Brasil contemporâneo como uns dos aspectos do dinamismo urbano, o que mostra como religião e cidade se configuram como variáveis interdependentes. Numa abordagem analítica da Região Metropolitana de São Paulo, buscam-se as conexões entre os dados e significações teóricas num exercício que esclarece a correlação entre “pluralismos e territorialidades.” Tratam-se, desta forma, da vida urbana e dos discursos das religiões em relação às demandas sociais cotidianas, referentes a questões como filiações religiosas e desigualdades sociais, situam-se os “lugares de culto,” as práticas sociais religiosas (que vão desde práticas intimistas à utilização de meios de comunicação e da concepção de um movimento gospel) em conjunção às transformações do contexto urbano.

Em outra abordagem espacial, temos, por exemplo, na percepção das transformações do espaço urbano de Macaé, no Rio de Janeiro, um caso particular que pensa papel das religiões no processo de redimensionamento de um espaço urbano. Este caso nos traz os novos circuitos e segmentações traçados a partir de uma intervenção modernizadora no município: a presença da Petrobrás. Neste relato (assim como no caso da Vila de Camboá – RJ, que veremos detalhadamente mais adiante), temos os fluxos urbanos mapeados pela religião e pela atuação da mídia veiculada pelas igrejas, e, ainda, a temática modernização versus purificação tendo num pólo o impuro e a influência

diabólica e no outro a perspectiva e de controle e continuidade como puras e mediadas pela religião. Há, portanto, uma associação entre ambientes religiosos e segurança num sentido que rege a ação e orientação individual. Um contraponto a este mapeamento dos trajetos expressos em prescrições às individualidades é a atuação de um centro de umbanda na cidade, numa chave de significação e racionalização da prática religiosa, que enfatiza sincretismo e responsabilidade social, o que possibilita a associação de representantes deste local com uma dimensão político-caritativa.

O religioso faz desta forma a mediação não somente numa associação simbólica, mas em um mapeamento físico urbano. Constatamos então o tema da religião e sua inscrição nos corpos, nas mentes e no espaço físico e político da cidade.

Para problematizar a temática da distância territorial, desgaste cultural e conversão pentecostal, é relatada uma situação no livro que traz a imagem de uma empregada doméstica humilhada e impedida de comer o que “é bom para os patrões,” e da sua reação que busca na intervenção divina um castigo que proceda de uma hierarquia impossível de ser confrontada: a superioridade de Deus. Vemos que a situação apresentada não é de confronto direto, contudo, não se trata de resignação, mas de uma ética religiosa própria de quem crê, a qual se contrapõe a uma atitude típica de uma “tradição coronelista e católica onde o princípio da sociabilidade é a desigualdade.”

A argumentação é de que o distanciamento no vínculo entre subordinado-superior faz analogia com o distanciamento territorial e com a nova configuração da metrópole e seus espaços segmentados e exclusivos (:71). Desta forma, a religião fornece o ordenamento e o reconhecimento de pessoas e suas posições na estrutura social.

Quando o eixo temático do livro trata das políticas de memória e de celebração, temos a questão do sagrado, exposta numa etnografia ao convento de Santo Antonio do Largo da Carioca, contrapondo o fluxo contínuo da metrópole e a “paz” do convento situado no centro da cidade do Rio de Janeiro. A imagem deste convento é promovida como sendo um santuário, tanto pelas sensações que este promove (excepcionalidade do prédio em meio às características metropolitanas, aspecto e as sensações que o convento procura remeter nos frequentadores), quanto por uma idéia que permeia tradição, presença pública do catolicismo, diferenciação da sociabilidade do local com relação à promovida por paróquias e estratégias religiosas.

Já com Relação à Igreja Universal, é discutido o projeto de autenticidade e grandiloquência que diz respeito a como a IURD (Igreja Universal do Reino de Deus)

constrói sua identidade religiosa baseada num “circuito da conquista.” Configurada sob um ideal de memória e identidade realizada no espaço e na simbologia, é possível notar a aproximação das construções, dos objetos e a materialidade da igreja a uma representação ou uma imagem de nova Israel, transportando não só significados como uma experiência física de contato com o sagrado.

Nos casos apresentados, temos aparatos materiais, memórias, identidades ligadas ao *locus* específico das práticas, numa perspectiva que situa a idéia do sagrado a sua dimensão material representativa.

Numa interface com ambas as abordagens (do convento e da IURD), apresentam-se o estudo da religião e dos festivais japoneses no Bairro da Liberdade em São Paulo. O artigo traz tal espaço como híbrido, que permite a análise de memória e identidade tais quais os artigos anteriores, sem, no entanto, deixar de promover um recorte espacial na cidade e tratar do seu caráter cosmopolita como viabilizador das multiplicidades religiosas e de coexistência de práticas e configurações diversas (como os templos evangélicos Nikkei e as religiões japonesas na Liberdade). Na conjunção de todas estas ênfases temos como ponto relevante a própria característica do bairro, configurado como um ponto turístico, no qual as peculiaridades históricas tratam de uma memória coletiva referenciada em tradições e formas de interações (festivais, festas, comidas, comércio) pautadas em um referencial japonês – um Japão reinventado.

Por último, pensar o olhar para a religião na cidade por meio da cinematografia documental e sua abordagem nos diferentes momentos históricos e tradições cinematográficas fecha a percepção das políticas de memórias e celebração religiosa. A cronologia recortada apresenta um histórico da forma de se ver a religião pentecostal contrastando valores como ordem e desordem tanto ao que se refere à estilística da filmagem como a própria apresentação da proposta de abordagem da religião.

Assim é dada a contraposição de filmes que tratam do pentecostalismo (Viramundo e Santa Cruz). O documentário Viramundo é baseado em diagnósticos sociais desenhados a partir de um referencial teórico específico (marxista), numa perspectiva que discute a alienação e marginalização dos pobres urbanos e a religião como um contraponto que corrobora com tal situação. Já na filmagem de Santa Cruz, temos a ordem como explicação do sucesso da instituição pentecostal com determinado grupo (periférico e pobre). É discutida a inserção da igreja num contexto de ausência do Estado e frágeis redes primárias e de pertencimento, o qual traz contrapontos de dignidade, ordem, comunidade e relações sociais. Mostra-se, desta forma, como a igreja

assume um papel ambíguo historicamente, que associa sua imagem a uma instituição alienante ou ainda numa atuação que preenche e dá sentido na vida dos convertidos.

Quando os usos e gestão do espaço público são discutidos, temáticas são levantadas em casos como o da vila de Camboá, no Rio de Janeiro, em que há uma fusão de memória, política e gestão do espaço realizada pela igreja e apoiada num discurso de espaço redentor. Tal gestão e governo permeiam desde os trajetos até uma divisão simbólica da vila em dois pólos: o Canto do diabo (onde há interseções com o mundano) e o Saco do céu (lugar da ordem, da disciplina, dos preceitos morais e religiosos), criando, pois, uma nítida divisão entre centro e periferia. Tal moral e governo delegado à instituição religiosa são questionados tanto em seus aspectos legais, quanto na imposição de uma moral específica que prejudica a instalação de projetos turísticos e/ou relações dos moradores neste sentido, inibindo a possibilidade destes ascenderem financeiramente dispendo deste meio como ocorre em outras vilas, o que instaura uma contradição entre o discurso de terra escolhida, a relação estabelecida da igreja com o Estado, e a discussão da implantação de projetos (sociais, turísticos, ecológicos) na região. Todas as esferas são permeadas pelo discurso religioso e suas prescrições.

Pensar o discurso religioso no espaço público é algo viabilizado no relato que trata dos pregadores da Praça da Sé em São Paulo. É abordado o tema da pregação como meio de vida e da desmaterialização da instituição religiosa trazida ao domínio público. Pode-se, portanto, atribuir à Praça da Sé, não só uma centralidade espacial ou sociológica com relação às interações e a dinâmica da própria capital paulistana, há também uma centralidade espiritual circunscrita ao indivíduo que prega e ao espaço delimitado por este. Tal centralidade é a expansão da guerra travada e visível no ambiente da cidade entre o bem e o mal, que mobiliza os representantes da palavra em uma missão de purificação.

Por fim, ao tratar de espaço público, temos a questão da religiosidade associada a uma prática política de combate a violência na cidade do Rio de Janeiro. A presença de mães e familiares vitimados pela violência e organizados por entidades civis e de direitos humanos, tem um notável crescimento e utilização no espaço público, além da midiaticização das causas levantadas em prol das situações vividas por tais agentes.

O acesso e legitimidade do uso deste espaço estão circunscritos a certos segmentos sociais e certos discursos. Quando tratamos das áreas pobres e periféricas da cidade, temos uma espécie de “violência justificada” que torna tais iniciativas

descredibilizadas por partirem de “mães de traficantes” invertendo e justificando uma lógica de violência nestes lugares. O espaço como canal de reivindicação está associado a condições de vida e de excepcionalidade de contato com a própria violência. A religião e o discurso religioso aparecem em várias instâncias: por parte do governo da cidade de filiação evangélica, representado pelos movimentos de influência católica que buscam uma inserção política e moralizadora da religião, como por parte da igreja evangélica que atua como um grande mediador das situações de violência, vide o transito desta instituição nos recantos menos notabilizados por tal discurso de fim da violência. Nota-se tanto a associação do discurso religioso ao político, como uma atuação política religiosa distinta e marcada geograficamente e economicamente na cidade.

A colaboração do livro expande uma intenção de um mapeamento das religiões, que levariam a análises quantitativas pouco vívidas da relação entre o espaço e a fé. Obviamente tais aspectos estatísticos não são ignorados, até porque dizem a respeito de configurações espaciais, históricas, de estratégias políticas, de expansão/contração de crenças no espaço urbano. Contudo, expandir para além dos números e tendências, é compreender como a fé tem interface e estrutura um discurso e significações que permite intercambiar signos, implicando fisicamente na relação das pessoas e no espaço que elas ocupam. É na descrição dos discursos e práticas religiosas que as pessoas privilegiam nas suas relações, que é possível de fato compreender quão íntima é a relação entre as cidades e as religiões uma vez que “a cidade não é apenas uma paisagem de superfície onde as religiões se colocam, e que as religiões não são apenas a resposta funcional aos ditames infra-estruturais da metrópole.” (:10)

Ludmila H. R. Santos

Mestranda em Antropologia Social pela UFSCar

Recebido em 28/09/2010

Aceito para publicação em 17/10/2010